

WORLD CAFÉ: INFÂNCIA NEGADA (CONCLUSÕES)

14:30 **29 de maio**

Biblioteca Municipal de Carregal do Sal



WORLD  
CAFÉ

Infância  
Negada

## Ficha Técnica

**Titulo:** World Café: Infância Negada (Conclusões)

**Autor:** Tiago Caio | Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

**Relatores / dinamizadores das mesas de discussão:** Ana Cristina Sousa Borges (Rede Social de Carregal do Sal e CPCJ de Carregal do Sal) | Leandra Cordeiro (Escola Superior de Educação de Viseu) | Susana Fonseca (Escola Superior de Educação de Viseu) | Tiago Caio (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal)

**Entidades Organizadoras:** Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, CPCJ de Carregal do Sal e Rede Social de Carregal do Sal

**Data de realização da atividade:** 29 de maio de 2019

## Enquadramento

A EAPN Portugal tem atualmente um protocolo estabelecido com a CNPDPCJ (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens), onde se prevê, entre outras dimensões, a elaboração de diagnósticos que possam contribuir para o melhor conhecimento da problemática da pobreza, designadamente a infantil, tendo em vista a sua prevenção e reparação. O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal realiza anualmente pelo menos uma ação conjunta com uma das CPCJ do distrito de Viseu, normalmente sob a forma de workshop formativo, para membros das CPCJ e instituições que desenvolvem a sua atividade para crianças e jovens do distrito de Viseu. As atividades organizadas a partir deste enquadramento protocolar, visam criar condições para que se possa desenvolver com continuidade no tempo, um conjunto de ações em parceria com CPCJ concelhias do distrito de Viseu e concretizar iniciativas que promovam o desenvolvimento de competências e a capacitação do tecido socioinstitucional, na intervenção em contextos complexos de pobreza e exclusão social, no âmbito das crianças e jovens.

Concretamente, o “World Café: Infância Negada” é uma atividade que se insere neste contexto e foi executada a partir de uma parceria com a Rede Social e CPCJ de Carregal do Sal. O objetivo foi debater o tema da pobreza infantil a partir do visionamento de um dos episódios do documentário “O Começo da Vida” e realização de uma posterior discussão prática, recorrendo à metodologia world café. O documentário que serviu de mote de abertura à concretização da atividade foi lançado em maio de 2016 pela UNICEF e centra-se na importância da primeira infância. A atividade que aqui se expõe incidiu na visualização do episódio “A Infância Negada”, o quarto dos seis episódios que compõem o documentário e que revela, que para se cuidar de bebés e crianças, é necessário primeiro ajudar o adulto responsável por elas, porque mesmo desejando o melhor para os seus filhos, nem todos os pais são capazes de fornecer um ambiente seguro e saudável.

O presente documento compila os resultados obtidos da discussão concretizada no âmbito da iniciativa, que teve lugar na Biblioteca Municipal de Carregal do Sal, no dia 29 de maio de 2019, entre as 14h30 e as 17h30 e que decorreu da parceria entre o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, a Rede Social e a CPCJ de Carregal do Sal.

## Público-Alvo

O público-alvo do “World Café: Infância Negada” são as CPCJ do distrito de Viseu e profissionais sociais que exerçam a sua atividade na área da infância e juventude.

## Objetivo Geral

- Debater o tema da pobreza infantil a partir do documentário “O Começo da Vida”, nomeadamente o episódio “A Infância Negada”, fazendo a ponte para a realidade concreta do distrito de Viseu.

## Objetivos Específicos

- Compreender que diagnóstico os membros das CPCJ e profissionais que desenvolvem a sua atividade no âmbito da infância e juventude realizam do distrito de Viseu sobre a “Infância Negada”, ao nível dos projetos, medidas e problemas sociais;
- Perceber quais são os maiores desafios e limitações no âmbito de atuação das CPCJ, na perspetiva dos participantes;
- Promover a partilha e a reflexão do modo como os participantes pensam o futuro, as medidas e os projetos de intervenção que podem fazer de forma colaborativa.

## Metodologia

Tal como exposto anteriormente, a atividade tem origem no enquadramento protocolar existente entre a EAPN Portugal e a CNPDPCJ, a partir do qual são organizadas anualmente, ações em todos os distritos do país direcionadas para as CPCJ, incluindo Viseu. Optou-se pela realização de uma atividade que unisse uma vertente informativa, através da transmissão e visionamento do episódio “A infância Negada” e uma dimensão prática de reflexão sobre os assuntos, desafios e potencialidades do trabalho desenvolvido ao nível do combate à pobreza infantil, pelos diferentes profissionais sociais e de forma mais específica pelas CPCJ. A sua execução envolveu a parceria com uma Rede Social e uma CPCJ local, tendo em vista um maior ajustamento do desenvolvimento da ação às expectativas dos participantes, maior mobilização do público-alvo e estabelecer uma relação de proximidade com uma entidade próxima do terreno na fase de planeamento, desenvolvimento e realização da ação. Concretamente, a parceria foi estabelecida com a Rede Social de Carregal do Sal e com a CPCJ de Carregal do Sal, sendo que a atividade decorreu no respetivo concelho, especificamente, na Biblioteca Municipal de Carregal do Sal durante a tarde do dia 29 de maio e teve a duração de 3h.

A composição dos participantes resultou da divulgação prévia efetuada junto das CPCJ do distrito e entidades cujo âmbito de atuação incidisse na intervenção ao nível das crianças e

jovens. A partir do conhecimento da sua realização, as pessoas que desejaram participar na ação puderam inscrever-se e participar voluntariamente. Foi possível contar com a presença de 17 profissionais sociais, provenientes de diferentes áreas de intervenção das CPCJ, reunindo-se a diversidade necessária para que a ação fosse enriquecida por diferentes perspetivas.

Do ponto de vista da estratégia utilizada para promover a reflexão que nos permitisse concretizar os objetivos específicos, optou-se pela metodologia World Café, que é um modelo dinâmico de trabalho em equipa, que permite o envolvimento de todos os intervenientes. Os participantes foram divididos em 3 grupos e passaram de forma rotativa por 3 mesas, enquanto viajantes pelo world café. A cada mesa correspondeu um tema para debate e cada uma delas teve 15 minutos para reflexão. Os temas de cada uma das mesas foram os seguintes:

- Que diagnóstico fazemos do nosso território sobre a “Infância negada”? (projetos / medidas vs. problemas sociais);
- Que desafios e limitações no âmbito de atuação das CPCJ?;
- Como pensamos o futuro? / Que medidas / projetos de intervenção podemos fazer de forma colaborativa?

Os participantes circularam consecutivamente pelas mesas, nas quais os relatores tiveram o papel de dinamizar o debate em torno dos temas, enquanto anfitriões do world café. As mesas foram dinamizadas por diferentes intervenientes, uma delas pelos representantes das entidades organizadoras e as restantes, por duas docentes que desenvolvem a sua atividade profissional na Escola Superior de Educação de Viseu e com um nível de conhecimento abrangente sobre o tema das crianças e jovens em risco. Os principais contributos identificados e resultantes da reflexão de cada uma das mesas foram objeto de síntese por parte dos relatores, apresentados em plenário a todos os participantes no final do evento e plasmados no presente documento de trabalho.

## Contributos das mesas de trabalho do World Café

### Mesa 1 – Que diagnóstico fazemos do nosso território sobre a “Infância negada”? (projetos / medidas vs. problemas sociais)

- Relatora: Leandra Cordeiro (ESEV)

#### Principais temas abordados

#### Contributos dos participantes

-Negligência no que concerne à falta de atenção e acompanhamento pelos pais no âmbito da alimentação. Não especificamente a fome, mas

## Problemáticas diagnosticadas

a substituição de alimentos menos nutritivos por outros menos saudáveis e mais 'fáceis'. A negligência também se manifesta na higiene, pessoal e habitacional;

-Violência Doméstica quase sempre associada ao Alcoolismo e à precariedade laboral. A exposição das crianças à violência constitui um problema sério que acarreta graves consequências para o seu desenvolvimento. É também referido o consumo de álcool pelas próprias crianças e/ou adolescentes;

-Não experienciar vivências importantes (crianças que têm menos oportunidades – nunca foram à praia, nunca terem ido a Viseu, ou tão pouco, não irem ao parque infantil. São experiências não valorizadas pelos pais). Sabe-se que o crescimento cerebral está intimamente ligado à oportunidade e qualidade de vivências importantes, expandindo-se na sua rede neuronal e sináptica, em função delas;

-Exclusão Social (sente-se na escola a exclusão de crianças pelas próprias crianças em função do estatuto socioeconómico, o que despoleta, muitas vezes situações de bullying);

-Uso Excessivo de Tecnologias (dependência) – recurso mais fácil para as manter ocupadas e sozinhas;

-Parentificação (crianças que assumem as funções da dupla parental nos cuidados prestados aos irmãos mais novos, o que lhes rouba a infância).

-CLDS Carregal do Sal (em implementação);

-Programa de Educação Parental (Centro de Saúde e Escola);

-Carregal Educa (Programa que se destina às crianças sinalizadas pela Escola com necessidades educativas especiais e outros riscos);

-Lanche.come e contapesoemedia (Programas de âmbito regional que fomentam uma alimentação saudável);

-In-dependências (Programa nacional no combate às dependências, nomeadamente para o alcoolismo);

## Projetos / Medidas

-SOBE (Programa nacional para a higiene oral);  
 -Gerações (Programa para as crianças do pré-escolar que visa a gestão das emoções);  
 -+Contigo (Promoção da saúde mental e prevenção de comportamentos suicidários em meio escolar).

## Mesa 2 – Que desafios e limitações no âmbito de atuação das CPCJ?

- Relatores: Ana Cristina Sousa Borges (Rede Social e CPCJ de Carregal do Sal) e Tiago Caio (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal)

Principais temas abordados	Contributos dos participantes
<p><b>Insuficiência de recursos</b></p>	<p>-Pouco tempo disponível por parte das equipas para trabalhar com as famílias, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho continuado ao longo do tempo;</p> <p>-Falta de valências ao nível das comissões restritas que facilitariam a intervenção caso estas existissem (ex. Psicologia);</p> <p>-Recursos humanos limitados (alguns participantes referiram, mas não é uma conclusão consensual entre os participantes nesta mesa de discussão).</p>
<p><b>Limitações ao nível da relação dos técnicos com as famílias ou com os pais</b></p>	<p>-Dificuldade das famílias em perceber o âmbito de atuação das CPCJ (desconfiança em relação aos técnicos);</p> <p>-Constrangimentos em localidades de pequena dimensão que resultam do facto dos técnicos serem conhecidos por parte da comunidade ou da vizinhança, o que gera estigma ou vergonha dos membros de famílias intervencionadas;</p> <p>-Menor capacidade de intervenção por parte das CPCJ quando as famílias têm um estatuto socioeconómico mais elevado, uma vez que estando fora do enquadramento de medidas sociais como o RSI, o âmbito de intervenção dos técnicos é menor face às famílias que se encontram em situações mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico;</p> <p>-A intervenção precoce é limitada pelas dificuldades existentes no trabalho desenvolvido pelas famílias.</p>

**Constrangimentos administrativos ou procedimentais**

-Plataforma informática utilizada pelas CPCJ excessivamente burocrática.

**Limitações e desafios relacionados com a Saúde**

-Dependências de álcool que surgem como limitação no âmbito de intervenção;

-A higiene das crianças é muitas vezes desvalorizada por parte das famílias e existe frequentemente pouca receptividade para a mudança.

**Limitações e desafios relacionados com a Educação**

-Ausência de respostas ao nível de percursos educativos alternativos, relativamente ao ensino regular;

-Casos de absentismo escolar chegam demasiadamente tarde às CPCJ para que a sua intervenção possa ser eficaz.

**Obstáculos na organização do trabalho em rede**

-Falta de trabalho em rede desenvolvido pelas equipas de acompanhamento, o que gera dificuldades de articulação entre diferentes serviços e instituições, originando menor eficácia da intervenção.

-Sinalizações junto das CPCJ relacionadas com absentismo escolar que poderiam ser resolvidas nas escolas, caso existissem recursos técnicos para se fazer uma avaliação adequada; Existência de situações de casos que são encaminhados para as CPCJ e que obrigam a um procedimento burocrático e específico de abertura de um processo e posterior encerramento para que possam ser novamente reencaminhadas para as escolas.

### **Mesa 3 – Como pensamos o futuro? / Que medidas / projetos de intervenção podemos fazer de forma colaborativa?**

- Relatora: Susana Fonseca (ESEV)

#### **Principais temas abordados**

#### **Contributos dos participantes**

**Principais problemas/dificuldades com as quais as CPCJ se deparam e que podem condicionar o sucesso da intervenção futura e a implementação de medidas/projetos de intervenção.**

- Falta de competências e número reduzido de técnicos/profissionais das CPCJ;

- Dificuldades de comunicação - falta de feedback;

- Pouca articulação.

- Formação dos técnicos, profissionalizar;

### **Intervenção - Medidas Globais**

- Aumento do número de técnicos nas comissões para a intervenção com as famílias, reforçar o número de profissionais no núcleo;
- Criação de equipas de intervenção mais próximas e sistemáticas com as famílias e com diversidade de técnicos (multidisciplinariedade);
- Trabalho em rede – práticas colaborativas entre instituições – melhorar a qualidade das mesmas, melhorar a articulação entre entidades (p. ex., com os hospitais);
- Maior referenciação para o núcleo, por parte das entidades de 1ª linha;
- Intervenção mais precoce;
- Identificação de momentos críticos para a intervenção (1ª infância) e criação de grupos de pais, criando condições para a sua manutenção ao longo do tempo;
- Melhorar/criar mecanismos de articulação interinstitucional (p. ex., plataforma de partilha de informação/comunicação);
- Melhorar a comunicação/articulação entre entidades;
- Melhorar a forma como se apresenta a informação de apoio aos técnicos das comissões (relatórios que acompanham as grelhas de avaliação do desenvolvimento).

### **Medidas específicas/projetos:**

- Ações nas escolas na área da promoção da saúde, violência doméstica e violência no namoro, consequências dos delitos;
- Criação de escolas de pais e avós (preparação para o parto, cursos de preparação para a parentalidade) – com profissionais, procurando adequar a divulgação e as ações ao público-alvo, indo ao encontro das pessoas (associações locais, contexto de trabalho/empresas).

## **Síntese Conclusiva**

A partir dos contributos resultantes da discussão gerada nas mesas de trabalho, por parte dos participantes, é possível estabelecer uma análise, que decorre das principais tendências que foi possível apreender. Os contributos não são representativos da totalidade das

CPCJ do distrito de Viseu, embora resultem das opiniões de diferentes profissionais que integram as CPCJ, ou que desenvolvem a sua atividade profissional na área da infância e juventude no distrito de Viseu. Nas três mesas de discussão foi possível absorver conteúdos que manifestam pontos de contacto comuns, que podemos subdividir maioritariamente em três dimensões, as que têm origem na intervenção ou relação direta com as famílias, as que decorrem de dificuldades das conexões entre profissionais ou entidades e também, a falta de recursos para se desenvolver um trabalho mais eficaz. Com efeito, no âmbito do diagnóstico que os participantes fizeram sobre a infância negada, foi possível perceber uma divisão entre problemáticas e os projetos e medidas. As principais problemáticas relacionam-se com as circunstâncias inerentes aos contextos familiares que influenciam negativamente a educação das crianças e jovens. Nesse sentido, são referidas a negligência manifestada na má alimentação ou falta de higiene (pessoal e habitacional), a violência doméstica, a inexistência de contextos favoráveis à concretização de experiências positivas por parte das crianças, que estimulem a sua aprendizagem e desenvolvimento, uso excessivo de tecnologias e parentificação. No que diz respeito aos projetos e medidas, os participantes referiram o CLDS Carregal do Sal (em fase de implementação); Programa de Educação Parental (Centro de Saúde e Escola); Carregal Educa (Programa que se destina às crianças sinalizadas pela Escola com NEE e outros riscos); Lanche.come e contapesoemedia (Programas de âmbito regional que fomentam uma alimentação saudável); In-dependências (Programa nacional no combate às dependências, nomeadamente para o alcoolismo); SOBE (Programa nacional para a higiene oral); Gerações (Programa para as crianças do pré-escolar que visa a gestão das emoções); +Contigo (Promoção da saúde mental e prevenção de comportamentos suicidários em meio escolar). Destacam-se intervenções em áreas diversificadas, embora com especial recorrência ao contexto escolar e junto das crianças e jovens. No diagnóstico das principais problemáticas, há particular incidência nos assuntos relacionados com a (des)responsabilidade dos pais na educação dos filhos e, simultaneamente, revela-se a coincidência de algumas das problemáticas com os projetos enunciados no sentido de as contrariar.

Abordando os contributos da segunda mesa de discussão, que se debruçou nos desafios e limitações no âmbito de atuação das CPCJ, salienta-se que o debate adquiriu maior diversidade de contributos, comparativamente às outras duas mesas. Uma das dimensões alvo de atenção refere-se à falta de recursos humanos, de valências disponíveis ou de tempo disponível. Neste âmbito de discussão e nesta mesa em concreto, não foi consensual entre os participantes o posicionamento relativamente à falta de recursos humanos, existindo participantes que revelaram que a falta de articulação entre profissionais e entidades origina a sensação de falta de recursos humanos e que se conseguissem conciliar melhor o trabalho desenvolvido, os recursos humanos não seriam um problema a destacar, apesar de outros intervenientes destacarem que existe um efetivo problema de falta de recursos humanos. Nesta mesa de discussão também sobressaíram algumas limitações ao nível do trabalho dos técnicos com as

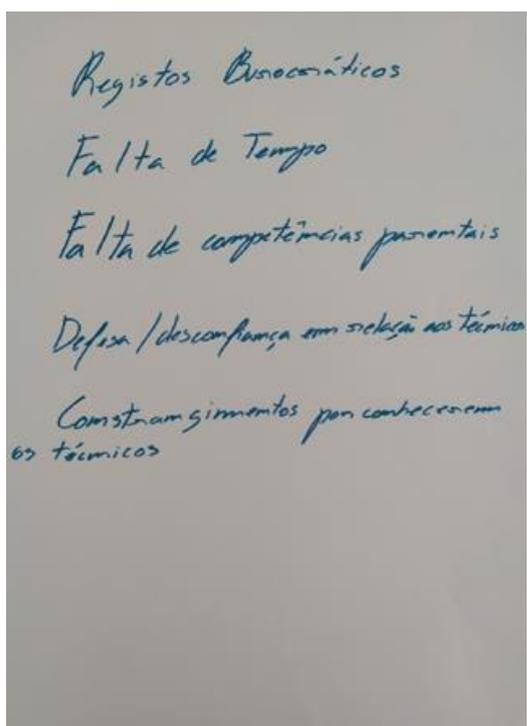
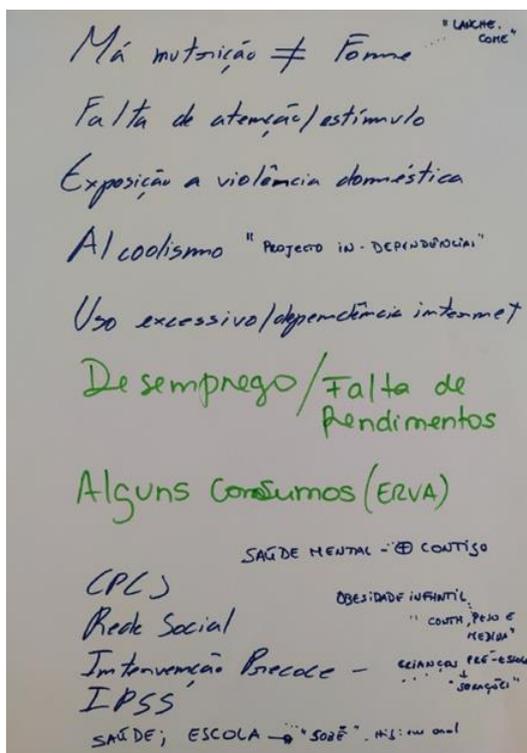
famílias, que em muitos casos, inviabilizam a intervenção precoce, entre as quais, as que se relacionam com a desconfiança que as famílias têm relativamente aos técnicos. Evidenciou-se também os constrangimentos relacionados com a vergonha ou estigma relativamente à vizinhança e a menor capacidade de intervenção dos técnicos em famílias que têm um estatuto socioeconómico mais elevado, embora esta última razão não tenha sido prevalecte nas opiniões dos participantes, uma vez que houve casos em que se abordou a falta de capacidade cognitiva existente em membros de agregados com um estatuto socioeconómico mais baixo, como fator central, que condiciona a eficácia da intervenção. Abordaram-se também limitações específicas que se prendem com a saúde, tais como, o alcoolismo e a higiene e também com a educação, ou seja, os casos que chegam demasiadamente tarde às CPCJ, relacionados com absentismo escolar e a ausência de respostas ao nível de percursos escolares alternativos. Finalmente, foram também identificadas limitações que se prendem com as dificuldades na utilização da plataforma informática e constrangimentos relacionados com a falta de trabalho em rede ou desarticulação entre profissionais e entidades. Numa perspetiva geral, as limitações e desafios mais enunciados pelos participantes prendem-se com a escassez de recursos, dificuldades ao nível da intervenção ou relacionamento com as famílias e finalmente, com os constrangimentos que se prendem com a organização do trabalho. Estas três dimensões encaixam grande parte das partilhas específicas realizadas nas três mesas de discussão.

Por fim, colocando a atenção na terceira mesa de discussão, que centrou a perspetiva dos participantes no futuro e no trabalho que poderá ser desenvolvido de forma colaborativa num horizonte temporal mais longo, os intervenientes não deixaram de enfatizar assuntos já focados nas mesas anteriores, entre os quais, a falta de recursos humanos, as dificuldades de comunicação e de articulação. Paralelamente lançaram contributos que dividimos em medidas globais e específicas. No âmbito das medidas de intervenção globais, é notório o predomínio de partilhas que se relacionam com a articulação entre entidades e melhoria da comunicação, no sentido de se aperfeiçoar a intervenção e poder ser efetuada com maior regularidade numa fase mais precoce. Ainda ao nível das medidas de intervenção globais, é dado um particular enfoque aos recursos humanos, abordando-se a formação, profissionalização, multidisciplinariedade, o aumento do número de técnicos nas equipas e a promoção de maior trabalho de proximidade com as famílias. No âmbito das medidas específicas ou projetos, regista-se menor número de contributos, no entanto, incidem numa dimensão informativa e/ou preventiva. Por um lado, no público-alvo das crianças e jovens (através de ações nas escolas na área da saúde, violência doméstica e violência no namoro ou consequências dos delitos) e também, por outro lado, numa intervenção mais localizada nos pais e avós, promovendo-se ações como a preparação para o parto ou cursos de preparação para a parentalidade, com profissionais, adequando-se a divulgação e as ações ao público-alvo e procurando-se ir ao encontro das pessoas, por intermédio das associações locais ou dos contextos de trabalho/empresas.

Em resumo, observando as partilhas obtidas nas três mesas de discussão e tal como referido anteriormente, percecionam-se três dimensões de análise onde claramente os participantes situam os seus contributos, a escassez de recursos, as dificuldades de relacionamento dos técnicos com as famílias, que decorrem das características ou problemas específicos das mesmas e por último, o âmbito da organização do trabalho de forma articulada ou em rede entre diferentes profissionais e entidades, ou de forma multidisciplinar. A partir dos contributos obtidos, é notório que as três dimensões estão relacionadas, uma vez que, todas elas concorrem para os desafios existentes na intervenção e influenciam a sua eficácia. Numa perspetiva futura, as partilhas incidem no reforço de competências dos técnicos e também da multidisciplinariedade, ao mesmo tempo que recai a atenção na melhoria da articulação e comunicação entre profissionais e entidades. Ao nível das medidas ou programas mais específicos, perceciona-se a necessidade de investimento em projetos que incidam na intervenção ao nível das crianças e jovens, principalmente a partir do ambiente escolar e, simultaneamente, a aposta na capacitação parental, a partir de parceiros que possam facilitar o acesso a esse público-alvo.

## Anexos - Cartolinas de apoio à discussão

Durante a realização do world café houve várias cartolinas em cada uma das mesas onde os participantes foram escrevendo os tópicos principais que se iam abordando, de forma a sistematizar a informação veiculada e enriquecer progressivamente o debate gerado nas rondas subsequentes. Os resultados foram os seguintes:



- LIMITAÇÃO TEMPORAL / FÍSICA PARA TRABALHAR COM AS FAMÍLIAS;
- FALTA DE CAPACIDADE COGNITIVA POR PAIS (POUCA ACOMPANHAR NA SUA EDUCAÇÃO);
- INTERVENÇÃO O MAIS POSSÍVEL COM AS CRIANÇAS E COM PAIS;
- AUSÊNCIA DE RESPOSTAS EFETIVAS ALÉM DA ABANDONAR - PROBLEMA ESCOLAR ALTERNATIVO;
- FALTA DE ALTERNATIVAS
- FALTA DE EQUIPES PARA TRABALHAR (APOIAR FAMÍLIAS) E (DAVID) RECURSOS ECONÔMICOS
- FAMÍLIAS ~~DESTRUTURADAS~~ DESTRUTURADAS;
- Dificuldade das famílias em perceber o âmbito de intervenção de CPCJ

ARTICULAÇÃO - REDE  
VIGILÂNCIA

# TRABALHO EM REDE

- ARTICULAÇÃO COM VÁRIAS ENTIDADES;
- EQUIPA FORMADA PARA ACOMPANHAR AS FAMILÍAS DE FORMA @ frequente;
- A ATRIBUIÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE E SOCIAL (INTERVENÇÃO PROMOCI. P. CIENTÍFICA);
- ALGUMA DIFICULDADE NA ARTICULAÇÃO ENTRE ALGUMAS ENTIDADES, DEBEM SER @ RESOLVIDAS.
- MAIS PESSOAS PARA TRABALHAR COM PESSOAS.

- TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
- PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE E INTERVENÇÃO MÍNIMA

Criação de uma Escola de Pais

Utilizam as associações para divulgar a informação (descentralizam)

Isso nos locais de trabalho